

Educação versus exclusão

Dos brasileiros que têm entre 15 e 18 anos, menos de 17% chegam a ingressar no ensino médio, e a grande maioria tem na mira o vestibular. Os restantes seguem a trilha que leva diretamente ao mercado de trabalho, passando ou não por cursos profissionalizantes. Criado justamente para atender a esse enorme contingente que vai para o mercado de trabalho, até mesmo sem completar a educação fundamental, o ensino profissionalizante parece não ter dado conta do recado, e pede uma revisão radical de métodos e conteúdos. Secretário nacional de Formação e Desenvolvimento Profissional do Ministério do Trabalho, Nassim Gabriel Mehedff acredita que a educação profissional não pode ser redimensionada sem que se leve em conta a política educacional como um todo. Mais que isso, "é preciso rever os paradigmas da exclusão que marcam a sociedade brasileira desde a colonização". Educador formado pela UFMG e pós-graduado na Universidade da Califórnia por força do AI-5, que colocou seu nome na primeira lista de cassados das universidades brasileiras, o professor Nassim sempre trabalhou com ensino profissionalizante, inclusive no período em que esteve no Banco Interamericano de Desenvolvimento. Em entrevista ao JORNAL DO BRASIL ele ficou muito à vontade para dizer que nunca se fez educação profissional que não estivesse limitada pelo modelo social excluente e, de fato, formasse pessoas para a vida.

ANA LAGÔA (*)

– Qual é o lugar do ensino profissional no sistema educacional brasileiro?

– Não se pode falar em educação profissional só pelo lado da educação. Temos que pensar muito mais pelo lado econômico do que pelo educacional, embora não se possa perder esta perspectiva. Esse é o equívoco que muitas vezes os pedagogos cometem – e eu posso falar assim porque sou pedagogo. As análises são feitas tão somente pela deficiência técnica da educação profissional, quando na verdade temos que verificar, não só se ela está acompanhando as transformações, como também se ela própria está transformando a economia.

– A idéia da educação transformar a economia não é contestada?

– O pensamento econômico tradicional não aceita que a educação profissional possa fazer isso. Acredita-se que o sentido da educação profissional é preparar a pessoa para o trabalho, para o emprego. Ela pode até fazer isso, e deve. Mas se só fizer isso, o tempo inteiro, estará formando profissionais sem o menor ressalvo, sem a menor preocupação com o mundo futuro que a própria economia gesta.

– A educação profissional teria que antecipar a demanda do mercado?

– Sim, claro, mas muitas pessoas acreditam que isso não tem rentabilidade econômica. Acham que vamos formar para trabalhos que não existem. Claro que não existem; mas podemos perceber que existirão e preparar as pessoas para esse futuro.

– O desemprego de hoje se deve em parte ao fato da educação profissional não ter tomado esse rumo antecipador?

– Sim, e não só a educação profissional como a



Divulgação

própria política educacional brasileira, que sempre foi de exclusão. Essa é uma longa história.

– Como se chegou a esse modelo insuficiente de educação profissional?

– Para falar da história da educação profissional no Brasil é preciso falar da política educacional, da história, da economia e da política brasileira em geral. A história da política educacional no Brasil é a história da política da exclusão. Ela tem a ver com os modelos de desenvolvimento econômico e social do país, que sempre se basearam em alguns paradigmas de vantagem comparativa, cuja lógica era a da exclusão.

– A partir de que momento podemos falar em exclusão?

– Desde a colonização. Este país foi descoberto como consequência da necessidade de expansão do mercantilismo. A diferença é que, naquele tempo, as caravelas levavam três anos para chegar aqui e agora a informação leva três segundos. O que há hoje é uma radicalização da globalização financeira. Politicamente o movimento sempre foi o mesmo: expansão e exclusão. A expansão se sustenta no modelo de exclusão e esse modelo de exclusão leva à política educacional excluente.

– Há quem defende a idéia de que o Brasil nunca teve uma política educacional...

– Ao contrário, o Brasil é um país que sempre teve uma política educacional lógica, coerente, respondendo perfeitamente – desde os jesuítas, desde a colonização – à lógica da exclusão, à lógica de sustentação do poder econômico. Um dos paradigmas desse modelo é colocar o econômico em oposição ao social. Pela lógica desse paradigma, primeiro tem que haver desenvolvimento econômico, para depois poder ha-

ver desenvolvimento social. Na verdade, para não haver exclusão, as duas coisas têm que se desenvolver ao mesmo tempo.

– Aqui não aconteceu esse desenvolvimento simultâneo...

– Não. Tanto que o Brasil, nos últimos 50 anos, no pós-guerra, teve um crescimento do seu Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente 14 vezes. Isso significou um crescimento só menor que o do Japão. Foi maior do que o dos Estados Unidos...

– ...mas o PIB deles já era maior.

– Era. Mas o crescimento não foi maior. Aqui, o crescimento significou uma pujança econômica, de estruturação, de complexificação da economia, de produção de bens e produtos. Ao lado disso, construímos políticas sociais, tendo como base a lógica comparativa da mão-de-obra barata e abundante. Essa lógica sustentou e sustentou esse crescimento e uma política social e educacional que levou aos piores índices de distribuição de renda. Essa é a grande contradição deste país. Hoje estamos nos dando conta dos 50 anos de incoerência, mas não é fácil mudar de um dia para outro.

– Até porque o país é rico e continua superando as crises...

– Exato. Há inclusive um anúncio que nos diz por quantas crises já passamos. Mas são 500 anos de crises. Elas são emblemáticas e paradigmáticas do modelo da exclusão. A cada momento desses, mais pessoas ficam de fora e, pela lógica do modelo, isso é necessário.

– Seria uma forma de manter a disponibilidade de mão-de-obra barata e abundante?

– Sim. Nós sempre tivemos o cuidado, ao registrar a história, de dizer que a mão-de-obra era abundante por causa do tamanho do país. Um país grande precisava ser ocupado. Para

isso se incentivava o crescimento demográfico. Para manter a mão-de-obra barata há uma série de formas. Durante 400 anos não se pagou o trabalhador. Era o regime escravocrata que dava sustentação à economia. Só aí já estamos perdendo de quatro a um. Temos cem anos de abolição da escravatura e se trata de uma abolição que não foi tão libertadora assim. Foi uma abolição também dentro da lógica do expansionismo da globalização capitalista. Na libertação dos escravos se deu a grande exclusão dos negros no Brasil. Antes, eles estavam na fazenda, faziam parte dela. Tinham trabalho, comida. Ganharam a liberdade, mas foram lançados à rua.

– Não havia como o escravo sair da fazenda para a fábrica, já que a fábrica também precisaria de mão-de-obra?

– Não, porque ele não recebeu a formação para isso. A lógica do modelo impunha que ele fosse analfabeto e ignorante.

– Ele já saía perdendo...

– Exatamente. É só comparar o nível de escolaridade do negro brasileiro com a do negro da África do Sul. Não houve interesse por parte do capital em dar melhores oportunidades a essa mão-de-obra.

– Os jesuítas montaram as escolas de ler e contar para os índios. Porque essa escola não evitou a exclusão do índio?

– Na escola de ler e contar, o índio só lia e contava. E lia a Bíblia. Não havia como fazer o secundário, ir para a Europa estudar. A desescolarização e a desqualificação da mão-de-obra eram imprescindíveis para o modelo econômico. Com isso, construímos uma população economicamente ativa que hoje conta com 74 milhões de pessoas, cuja média de escolaridade não passa de quatro anos. Há economistas que citam sete anos, mas eles estão se referindo à População Economicamente Ativa (PEA) ocupada e eu me refiro à PEA total, na fase produtiva da vida. E, mesmo nessa PEA ocupada, há um viés, pois a escolaridade maior vai ser encontrada na indústria, enquanto no comércio e no serviço a média se aproxima dos quatro anos.

– Isso significa estar abaixo do primeiro grau...

– Com um agravante: desses quatro anos, pela lógica da política educacional excluente, o país mantém, há aproximadamente 50 anos, se não mais, uma média de repetência da primeira para a segunda série de 50%. E, mesmo que as estatísticas estejam corretas e essa média tenha baixado para 30%, ainda é muito coisa.

– Quais seriam as causas diretas dessa repetência?

– Alguns dizem que a culpa é dos professores, ou porque os prédios das escolas são ruins, ou porque não existe biblioteca. Isso tudo é verdade: os professores não recebem a qualificação necessária, ganham mal, a biblioteca não existe. Mas isso está em acordo com a política de se manter a mão-de-obra desqualificada e barata. Esses quatro anos sequer são quatro séries, podendo haver a repetição, na realidade, de várias vezes uma mesma série. Em vez de quatro anos de escolaridade são quatro anos de permanência na escola.

E-mail: mascia@openlink.com.br

Continua na página 2